



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6564 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

APONTAMENTOS SOBRE O PROGRAMA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL DA PARAÍBA

Cibele Maria Lima Rodrigues - Fundação Joaquim Nabuco

Ruttany de Souza Alves Ferreira - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Lívia Maria dos Santos Araújo - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

APONTAMENTOS SOBRE O PROGRAMA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL DA PARAÍBA

1. INTRODUÇÃO

Em 2016, o governo estadual da Paraíba implantou o Programa Escola Cidadã Integral, não por coincidência, é o início da gestão de Ricardo Coutinho que já havia criado um programa semelhante quando era prefeito de João Pessoa. O Programa foi instituído inicialmente na forma do Decreto nº 36.408/2015 e posteriormente, substituído pela Medida Provisória nº 267/ 2018. Ele se insere no contexto mais amplo de mudanças no ensino médio promovidas pelo governo federal que tiveram início nas gestões de Lula e Dilma (FERREIRA, 2018).

No bojo dessas mudanças, a jornada em tempo integral é posta no debate público. A ampliação do tempo escolar foi iniciada nos governos estaduais, só posteriormente tornou-se parte das políticas federais, sendo, inclusive, ratificada na recente reforma do ensino médio, feita no período do governo golpista de Temer (Lei nº. 13.415/2017). Um elemento relevante, observado em tais processos, é a influência do Banco Mundial no financiamento dessa ampliação, visto que está presente em estados do Nordeste e no acordo feito para a recente reforma. Essa influência do Banco Mundial no ensino secundário é analisada por Eliza Ferreira, Marília Fonseca e Elisângela Scaff (2019). A chamada reforma empresarial (Freitas, 2018) ou contrarreforma foi imposta mesmo diante das ocupações de mobilizações contrárias de movimentos estudantis, associações profissionais e sindicatos.

Dentre outras coisas, a contrarreforma incluía a ampliação da jornada como meta, essa forma tem sido defendida por organismos internacionais como a Unesco e a Unicef, em nome da melhoria da qualidade e suposta diminuição da vulnerabilidade nos países da América Latina (UNESCO, 2010; VELEDA, 2013). Esse debate foi inserido no Brasil, de forma pioneira, por Anísio Teixeira quando criou a Escola Parque, em 1950 (Salvador-BA).

Naquele contexto, estava influenciado pela concepção pragmatista de John Dewey – uma abordagem que inclui formação profissional e para a cidadania (TEIXEIRA, 1955). Por outro lado, as jornadas em tempo integral existiram para as elites, seja no caso dos internatos das escolas religiosas, seja pela formação complementar proporcionada em cursos de idiomas, ou de artes, esportes, entre outros, de forma paralelas às escolas (GIOLO, 2012, p.94). No contexto da contrarreforma, a concepção curricular dominante é de alinhamento com os resultados do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) e no contexto de políticas de gerencialismo (FERREIRA, FONSECA e SCAFF, 2019).

Assim, o presente texto tem como foco o Programa Escola Cidadã Integral no âmbito de uma pesquisa que tem como objetivo analisar o ensino médio na Paraíba. Para tanto, os resultados aqui apresentados tem por base a análise documental (de legislações, textos do governo, reportagens e notícias encontradas na internet) e duas entrevistas realizadas com integrantes da secretaria, respeitando os padrões de ética na pesquisa. Importa-nos primeiro analisar o contexto que propiciou a criação do programa e seus documentos, na perspectiva do propõe Stephen Ball, denominados de contextos da influência e da produção de textos (BALL e MAINARDES, 2011). No presente texto a análise se aproxima do que na análise de políticas tem se convencido chamar de processos de formulação e de tomada de decisão, visando descobrir como emergiu uma política (ou programa) (KINGDON, 2006). E, na perspectiva aqui adotada, essa emergência é permeada por relações de poder e resistências. Os textos resultantes (na forma de leis, guias, entre outros) é fruto do discurso dominante que se apresenta como solução necessária e que define as finalidades da educação (MAINARDES, 2006, p. 51).

2. O CONTEXTO DE FORMULAÇÃO

No contexto político, as reportagens analisadas aludem a um contexto de crise devido aos resultados na avaliação e de alta evasão do ensino médio. Essa forma de apresentar o problema é parte dos esforços de se legitimar decisões políticas, com base em uma racionalidade democrática (RANCIÈRE, 1996). Assim, o Secretário da Educação, Aléssio Trindade, e sua equipe, começaram estudos sobre a adoção de uma nova política pública que pudesse “contornar as dificuldades” e desenvolver uma proposta que objetivasse uma prática pedagógica mais “eficiente” para melhorar a nota das avaliações e diminuir a evasão, tendo impacto na melhoria dos índices.

Nesse processo, segundo informações da secretaria, percebeu-se a necessidade de ampliar a carga horária escolar, de quatro para nove horas, de modo que o jovem permanecesse mais tempo na escola para ter uma “formação integral e cidadã”, daí advém o nome do programa Escola Cidadã Integral – ECI. A ideia defendida é desenvolver a “autonomia” e “competência” para contribuir significativamente com a sociedade (PARAÍBA, 2018), mesmo que a ideia seja próxima dos ideais de Anísio Teixeira, o discurso dominante que informa é a busca dos resultados e um viés empreendedor.

Essa lógica está na proposta curricular de uma das instituições privadas que esteve como consultora no processo de formulação, qual seja, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Com sede em Pernambuco, esse instituto tem sido protagonista na definição de propostas curriculares para o ensino médio, difundindo concepções de estímulo “protagonismo” por meio de construção de “projeto de vida” da juventude. Essas “ideias” estão vinculadas ao contexto de preparação para o mundo competitivo do capitalismo (FRIGOTTO, 1984). A proposta interpela os sujeitos porque propõe a participação da juventude, o que possui seu lado sedutor e se aproxima de outras perspectivas críticas. De acordo com as informações disponibilizadas pela secretaria, também se envolveram o

Instituto Natura e o Instituto Sonho Grande (“parceiros estratégicos” do ICE). A aliança com as instituições privadas chama atenção por estas também estarem presentes nas políticas educacionais por todo o território nacional (ADRIÃO, 2018). Ao venderem soluções apresentam seus interesses particulares como se fossem universais e racionais. Em suas propostas desencadeiam de forma sutil ou explícita uma supervalorização da lógica de resultados, interpelando a subjetividade de gestores, estudantes e professores. Essa lógica, produz, entre outras coisas, a busca por melhores resultados nas avaliações - uma diretriz global que está interpelando governos de esquerda e de direita, sob a aparente promessa de melhoria da qualidade, desprezando outros elementos que estão presentes nos processos educativos (BALL, 2001).

Esses processos não ocorrem sem resistências e com diferentes interpretações em seus contextos locais (BALL, 2006). Na região Nordeste, esse processo tem sido traduzido de diferentes formas pelos governos estaduais, como analisam Dalila Oliveira e Ana Clementino (2019). Na análise das autoras (idem) as políticas da Paraíba podem ser consideradas de alta responsabilização de docentes por ter adesão ao bônus e outras práticas do gerencialismo.

Nesse ínterim, o Programa foi motivo de ânimo da equipe gestora por representar mudanças que foram vistas como positivas. Por outro lado, a gestão enfrentou resistências por parte da comunidade escolar. Com o passar do tempo, a repercussão foi se tornando mais positiva (o que demonstram diferentes notícias analisadas), tendo destaque adjetivos como “sucesso nacional”, “referência mundial” e com uma “transformação no sistema educacional paraibano”. A secretaria, embora tenha contratado a consultoria, decidiu fazer a gestão e imprimir sua tradução do currículo. De tal maneira, tornou-se inovador que o próprio Instituto (ICE), mesmo após concluída a consultoria, permaneceu como observador dessa experiência que julgou singular.

Grande parte dessa especificidade se deve à Comissão Executiva que, de acordo com a Medida Provisória nº 267/ 2018, no Art. 21, foi criada “para operacionalizar a implantação, regulação e funcionamento” dos programas: “Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas”. Não apenas na implantação, mas, conforme as entrevistas e a página da secretaria, a referida comissão acompanha as escolas, orienta na gestão e nas questões curriculares.

Essa Comissão é composta de um conjunto de pessoas com as quais se subdividem as funções de recursos humanos, alimentação, transporte, comunicação, *design* e mídia, infraestrutura, estatística, gestão e pedagógico. Ela é gerenciada por um coordenador geral e dois vice-coordenadores da gestão e da dimensão pedagógica, além disso, foi criado um grupo de consultores que são responsáveis por acompanhar o programa junto às escolas. Atua na formação continuada e no acompanhamento das ações no chão da escola, mantendo o diálogo entre as instituições e a comissão. Salientando que a função principal dos consultores é intensificar o processo formativo junto aos atores para se atingir o que é considerado uma “boa prática” da política educacional. É importante dizer que o acompanhamento é feito direta e continuamente entre as pessoas da comissão e integrantes das escolas (gestores e docentes). Propicia o conhecimento dessa realidade e a atuação decisiva na operacionalização do programa.

Até o ano de 2019, havia na Comissão Executiva, das Escolas Cidadãs Integrais a presença de representantes do Instituto Sonho Grande que atuavam mais no acompanhamento das estatísticas, da gestão administrativa e tecnológica do programa.

A Comissão, atualmente, não tem mais a presença de consultorias. A página virtual do programa apresenta vários instrumentos de gestão para planejamento e acompanhamento de indicadores, bem como, de termos para aquisição de merenda e guias, demonstrando as

“funções da comissão”. Segundo o que está posto na página oficial da secretaria, o programa possui “conceitos pedagógicos para uma educação de excelência”: protagonismo juvenil, projeto de vida, eletivas multidisciplinares, estudo orientado, acolhimento, tutoria, salas temáticas, clubes juvenis, espaços de convivências, líderes de turma, conselho de classe, preparatório pós-médio, práticas experimentais, avaliação semanal. Esses conceitos também são encontrados na página do Instituto que prestou a consultoria. Eles serão objeto de análise no âmbito da pesquisa.

O Programa chama a atenção pela expansão em seu quantitativo que iniciou com 8 escolas e atingiu 229 (duzentos e vinte e nove) de um total de 652 (perfazendo um percentual de 35,13%). O critério inicial para escolha das escolas foi a vulnerabilidade, esse discurso estava presente naquele contexto nas muitas políticas e programas implementadas ao longo dos governos petistas que tinha esse foco.

A secretaria tem apostado no programa mesmo diante das resistências. No primeiro momento, a secretaria identificou rejeição de estudantes, famílias e profissionais da educação, isto porque representa muitas mudanças culturais (protestos observados nas notícias analisadas). Segundo os entrevistados, as famílias questionavam quanto à infraestrutura e assistência alimentar para os estudantes, como também no tocante à carga horária, da impossibilidade do jovem estudar e trabalhar (prática comum no ensino médio). A comunidade escolar resistia pela nova jornada e condições de trabalho. Nesse contexto, a secretaria precisou empreender muitas formações tanto para as famílias quanto para a comunidade escolar, visando explicar o novo modelo, para que os principais sujeitos da política conseguissem realizá-la na prática. Demandou, ainda seguinte a entrevista, um esforço de convencimento que se tornou mais fácil depois da melhoria nos resultados. O que demonstra que essa forma de interpretação está enredada no jogo de poder e saber que produz consensos que se tornam naturalizados (FOUCAULT, 1996; DREYFUSS e RABINOW, 2010). A secretaria busca acompanhar continuamente esses indicadores e afirma que esses índices têm diminuído efetivamente (não analisamos esse indicador na atual etapa pesquisa).

Embora se afirme que todos os funcionários da ECI são atores responsáveis pela atuação da política, os docentes e a gestão foram apontados como peça chave para o sucesso do modelo. Nesse ínterim, o trabalho docente passou por significativas transformações, entre as mais evidentes estão a dedicação exclusiva na escola e carga horária de 40 horas semanais, com promessa de melhoria da qualidade do trabalho, no qual o docente não precisaria se deslocar entre duas ou mais instituições, assim como teria mais tempo para formação profissional e acompanhamento dos estudantes. Na dedicação exclusiva, as 40 horas semanais são divididas em 28 horas utilizadas em sala de aula e 12 horas para Estudos, Planejamento e Atendimento (EPA). Coloca-se como vantagem para o professor da ECI a complementação do seu salário com uma bolsa, mas ela não é incorporada ao salário. Essa diferença existe em outros estados e cria uma diferença salarial entre trabalhadores com o mesmo vínculo, sendo questionada pelos sindicatos. Essa não foi uma proposta aceita por todos, visto que, existem profissionais com diferentes vínculos que preferem mantê-los para ampliar sua renda.

3.CONCLUSÃO

O Programa Escola Cidadã Integral implantado na rede estadual da Paraíba, com o objetivo de melhorar os resultados nas avaliações e combater a elevada evasão escolar, apresenta-se como política inovadora no estado, embora envolto em resistências na sua implantação.

A concepção e formulação da política iniciou-se a partir da constatação de um cenário

de decadência que se refletia não só em indicadores, mas no contexto escolar e social. A ideia foi influenciada por um contexto no qual já existiam experiência de outros estados e do próprio governo federal. Mesmo considerando os modelos existentes, a secretaria estadual decidiu também fazer sua própria tradução de escola em tempo integral - desde o nome que se remete à Cidadania até a forma de gerenciar e afirmar sua autonomia nesse processo. Por outro lado, essa formulação foi permeada pela consultoria de sujeitos provenientes da iniciativa privada que atuam em favor da lógica da produtividade. Assim, colocam-se diversas ambiguidades no processo que tem o jovem como centro do processo ensino-aprendizagem e que tem como alvo uma educação que seja considerada de “excelência”. A ampliação da jornada escolar foi considerada solução necessária nesse processo de melhoria da qualidade, nesses termos.

Chama a atenção as concepções das consultorias privadas nas quais a qualidade é medida por modelos gerenciais de controle, avaliações padronizadas, mas também o protagonismo juvenil. Identifica-se a preocupação da secretaria em fazer sua própria interpretação dessas concepções, mas se mantém o acompanhamento dos resultados e coloca como meta a diminuição da evasão. O programa é visto com empolgação pela secretaria por ter diminuído a evasão e melhorado resultados.

Por outro lado, a diferenciação salarial por meio de uma bolsa tem um problema de não ser incorporada ao salário e gera uma quebra da isonomia dentro da própria categoria e, por essa razão, é alvo de críticas. Além disso, nesse tema existe uma questão crucial posta quando se cria programas, que, por definição, estabelece desigualdades entre as escolas enquanto não se torna uma política. Ressalte-se que tem ampliado bastante o número de escolas a cada ano.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v.18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BALL, Stephen. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1,n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BALL, Stephen. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez. 2006.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. **MICHEL FOUCAULT: Uma trajetória filosófica**. Editora Forense Universitária, vol 2, 2010.

FERREIRA, Eliza. B. A gênese do ProEMI na perspectiva cognitiva das políticas públicas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(168), 2018. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3761>

FERREIRA, Eliza B.; FONSECA, Marília; SCAFF, Elisângela A da S. A interferência do Banco Mundial no ensino secundário brasileiro: experiências históricas e desafios atuais. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 3, p. 1733-1749, out., 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no College de France,

pronunciada em: 02 de dezembro de 1970. – São Paulo: Ed Loyola, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** São Paulo: Editora Cortez, 1984. 1ª ed.

GIOLO, Jaime. Educação em tempo integral: resgatando elementos históricos e conceituais para o debate. In: MOLL, J. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil.** Porto Alegre:Penso, 2012. p. 94-105.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma idéia?. In: Enrique Saraiva e Elisabete Ferrarezi (orgs.). **Políticas Públicas.** Brasília: ENAP, 2006, pp. 219-223.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. In: **Educ.Soc.** Campinas, v.27.94, p. 47-69, jan/abr, 2006.

OLIVEIRA, Dalila e CLEMENTINO, Ana Maria. As políticas educacionais de responsabilização na educação básica nos estados do Nordeste. In OLIVEIRA, Dalila, DUARTE, Adriana, RODRIGUES, Cibele. **A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste.** Campinas-SP: ed. Mercado das Letras, 2019. p. 523-562.

PARAÍBA. PODER EXECUTIVO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 267 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018. **Cria o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas - ECIS e institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências.** DIÁRIO OFICIAL. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2018/02/Diario-Oficial-09-02-2018.pdf>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2019, 14:30.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: Política e Filosofia.** São Paulo : Ed. 34, 1996.

TEIXEIRA, A. Bases da teoria lógica de Dewey. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, v.23, n.57, jan./mar. 1955. p.3-27.

UNESCO. Secretaría de Educación Pública de México.IIPE-UNESCO – Sede Regional Buenos Aires. **Estado del arte: Escolaridad primaria y jornada escolar en el contexto internacional.** Estudio de casos. en Europa y América Latina. Buenos Aires. Junio de 2010. (Coordinación: Emilio Tenti Fanfani. Equipo de trabajo: Analía Inés Meo y Angélica Gunturiz)

VELEDA, Cecília. **Nuevos tiempos para la educación primaria: lecciones sobre la extensión de la jornada escolar.** 1ª ed. – Buenos Aires: Fundación CIPPEC; Unicef Argentina, 2013.

Sites consultados

<http://icebrasil.org.br/>

<https://paraiba.pb.gov.br>

<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/arquivos/escolas-integrais/EXPANSO2020NOVASESCOLASCIDADASINTEGRAIS1.pdf>

<http://www.folhadapb.com.br/noticia/educacao/2020/02/12/sintep-pb-cobra-solues-para-o-caos-na-volta-s-aulas/4895.html>

<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/imprensa-nacional-destaca-escola-cidada-integral-da-paraiba-como-referencia-mundial>

<http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/governo-expande-escolas-cidadas-integrais-e-transforma-a-educacao-publica-na-paraiba>

<https://portalcorreio.com.br/entenda-por-que-o-ensino-integral-virou-polemica-na-paraiba/>

Palavras-chave: política educacional; ensino médio; Escola Cidadã Integral; tempo integral.